

Israel, 60 anos sem paz

por Moisés Storch*

De geração em geração, desde que foram expulsos da Terra de Israel há dois milênios, judeus em todo o mundo repetem em suas orações a frase: “No ano que vem em Jerusalém”.

Estas palavras tiveram, por muito tempo, uma conotação mais simbólica do que concreta. Representavam a esperança da vinda do esperado Messias que lhes traria a redenção e os levaria à Terra Santa.

Dispersos pelo planeta, foram se incorporando às sociedades locais. Mas, ao preservar tradições diferenciadas e valores religiosos, tiveram uma trajetória incomum de sofrimentos.

Diáspora e insegurança

Foi assim que a Inquisição Católica expulsou no final do século XV todos os judeus da Espanha e Portugal, permitindo apenas a permanência daqueles que se convertessem ao catolicismo. Esses ‘cristãos-novos’ compuseram boa parte da população do Brasil em formação. Os outros foram literalmente queimados vivos nas fogueiras da ‘Santa Inquisição’ por se recusarem a abdicar de sua fé, ou tiveram que fugir.

O preconceito anti-judaico (conhecido como anti-semitismo) manifestou-se e continua ocorrendo, sem delimitação de tempo e espaço.

Nas sociedades muçulmanas, de forma geral, a prática do judaísmo era tolerada, mas os judeus eram considerados como uma categoria inferior com direitos limitados. No Império Czarista, foram frequentes os ataques (*pogroms*) de cossacos, massacrando aldeias inteiras de judeus. Na Europa Ocidental do século XIX, vários judeus se destacaram na onda iluminista de evolução cultural e científica, e foram antagonizados na proporção de seu destaque. Participaram - como ideólogos ou proletários - na linha de frente da Revolução Russa. Mas, a partir da ascensão de Stalin, foram sistematicamente perseguidos.

Na Primeira Guerra Mundial, havia soldados judeus nos dois lados do *front*. Já na Segunda, o eixo nazista elegeu como seu principal inimigo os judeus. Para ser assim identificado, o indivíduo não precisava ter a fé judaica, nem mesmo se considerar judeu. Bastava algum traço de ascendência ‘genética’, para ser rotulado com uma Estrela de Davi amarela que o condenava à morte. Seis milhões de pessoas – cerca de um terço de todos os judeus do mundo na época - foram assassinadas.

Pêndulo colonial

Ao final da 2ª Guerra, os ingleses - que em 1918 haviam tomado do Império Otomano o poder colonial sobre a Palestina – não conseguiam mais impor sua autoridade aos dois milhões de árabes e judeus que a habitavam. Os confrontos entre os movimentos de libertação nacional concorrentes, o judeu (sionista) e o árabe atingiam seu clímax.

O império britânico exercera uma política pendular – privilegiando ora judeus, ora árabes. Em 1917, uma semana após a tomada do Palácio de Inverno pelos bolcheviques, a **Declaração Balfour** oficializou a “simpatia britânica às aspirações sionistas”, afirmando-se “favorável ao estabelecimento na Palestina de um Lar Nacional para o povo judeu”.

* Moisés Storch é coordenador dos Amigos Brasileiros do PAZ AGORA - www.pazagora.org. Artigo publicado na revista ‘Política Democrática’ (Ano VI – nº 20), revisado e complementado pelo autor para a Revista Espaço Acadêmico.

Mas já em 1922, imigrados 25 mil judeus após a Declaração Balfour, o **“Churchill White Paper”** desmembrou a Transjordânia do Mandato da Palestina e afirmou que “a imigração não poderia exceder a capacidade econômica do país para absorver novas chegadas”.

Revoltas árabes

Um massacre dizimou a antiga comunidade judaica de Hebron em 1929. Kibutzim (comunidades rurais socialistas) tinham que manter guarda dia e noite. Em 1935, os árabes iniciaram uma greve geral contra a imigração judaica. Ataques armados se multiplicaram contra judeus e ingleses. O sentimento anti-judaico era potencializado por líderes carismáticos como o Mufti de Jerusalém, Haj Amin Al-Husseini, que mais tarde se aliaria a Hitler.

Uma proposta inglesa de partilha (a “Peel Comission”) foi por eles rejeitada, e a violência prosseguiu até 1939. Nesse ano foi publicado o “MacDonald White Paper”. Abandonando a idéia da partilha, os ingleses proibiram toda imigração judia, vedaram-lhes a compra de terras na maior parte da Palestina e propuseram a criação de um Estado Palestino binacional governado por árabes e judeus segundo o número de habitantes (os judeus compunham à época 25% da população).

Fim do domínio britânico

Ao final da 2ª Guerra Mundial, reveladas as terríveis dimensões do Holocausto, havia um consenso mundial pela criação de um Estado judeu.

A Inglaterra foi culpada, indiretamente, pela morte de centenas de milhares de judeus europeus, ao fechar uma saída vital para escapar do inferno nazista. Na Palestina, sua presença era combatida por árabes e judeus. Entregou a questão à Organização das Nações Unidas, já na sua primeira Assembléia Geral.

Em 29/11/1947, a 2ª Assembléia Geral da ONU aprovou por maioria de 2/3 a Resolução 181, partilhando o Mandato da Palestina em dois Estados soberanos, um judeu e um árabe. Dois Estados para dois povos.

Foi assim endossado pela comunidade internacional mundialmente o ideal sionista: construir na Palestina um país que pudesse servir de refúgio seguro para os judeus. Atendendo ao mesmo tempo as reivindicações nacionais árabes através de concessões mútuas.

URSS + EUA

Entre os 33 votos favoráveis, Brasil incluído, estavam as duas superpotências emergentes da nova ordem mundial, EUA e URSS. Foi uma das raras vezes em que ambas se posicionariam do mesmo lado na ONU.

Segundo Avi Davis, “na visão de Stalin, a criação de um Estado judeu moderno teria maior possibilidade de deter a influência do Ocidente do que um regime árabe retrógrado... Ao fim da 2ª Guerra Mundial, os soviéticos haviam ficado sem nenhuma área de influência no Oriente Médio. As grandes reservas de petróleo da Arábia Saudita e do Iraque estavam sob controle de empresas petrolíferas americanas e inglesas. Stalin não tinha nenhum amor pelos judeus, mas percebeu na formação socialista da liderança sionista uma oportunidade única para fincar o pé da URSS na região...”.

Após a derrota do Eixo, a URSS passou a atacar a política britânica de impedir a imigração para a Palestina dos judeus sobreviventes do genocídio nazista, que se amontoavam na Europa em campos de refugiados. O bloco soviético seria o principal fornecedor de armas ao novo exército israelense.

Enquanto isto, Truman não via como estratégica a criação de um Estado judeu fraco e dependente do Ocidente. Para a máquina industrial americana de pós-guerra, sedenta de combustível, os países árabes grandes produtores de petróleo eram o aliado preferencial.

Mas, por outro lado, o presidente norte-americano antevia uma grande injustiça para os judeus da Palestina e os sobreviventes do Holocausto, caso não fosse criado o Estado judeu. Somente às vésperas da votação, após a Liga Árabe declarar que enviaria tropas de seus países para a fronteira palestina, os Estados Unidos se definiram a favor da resolução.

A solução

A Resolução 181 da ONU recebeu o título de "Plano de Partilha Com União Econômica". A divisão do antigo Mandato Britânico da Palestina considerava a distribuição demográfica das comunidades árabes e judias. E a utopia de uma intensa cooperação entre elas.

A porção a leste do rio Jordão, equivalente a 76% do Mandato Britânico da Palestina, já havia sido entregue em 1922 ao clã árabe-hachemita, formando o reino da Transjordânia.

Pela partilha aprovada pela ONU em 29/11/1947, os judeus, então apenas um terço da população, receberiam o equivalente a 55% (em azul ao lado) da Palestina Ocidental.



Este favorecimento, no entanto, foi apenas aparente. Na verdade, mais de 75% das terras reservadas ao Estado judeu consistiam do árido deserto do Neguev. O restante se compunha de uma estreita faixa litorânea entre Tel Aviv e Haifa e parte da Galiléia.

A cidade de Jafa (colada a Tel-Aviv) ficaria como um enclave soberano árabe embutido no Estado Judeu, enquanto Jerusalém, incrustada no Estado Árabe, teria o *status* especial de "corpus separatum" administrado pela ONU. Lá seria sediada a "União Econômica da Palestina".

Liberdade e integração econômica

Previam-se dispositivos para preservar a liberdade de trânsito e visita entre os dois Estados e Jerusalém. Garantiam-se em cada uma dessas áreas o acesso a locais sagrados e a proteção dos direitos e liberdades de religiões, minorias e gêneros. O ensino de línguas e tradições culturais das respectivas minorias seria livre, em estabelecimentos educacionais próprios.

A resolução 181 estipulava, já em seu título, a união econômica entre os dois futuros Estados, descendo a detalhes como moeda única, taxas alfandegárias comuns e livre-comércio entre eles. Se esta concepção era, no mínimo, ousada para a época, o traçado das fronteiras pressupunha uma intensa cooperação pacífica entre judeus e árabes inimaginável naquele clima:

Cada um dos dois Estados se comporia de três sub-regiões não-contíguas, ligadas entre si por estreitas passagens cuja travessia só seria possível num clima de completa paz.

Atendendo à urgência do momento, determinava-se ainda o levantamento imediato das restrições britânicas à imigração de judeus.

Oposição árabe

Enquanto a liderança da comunidade judia na Palestina (*ishuv*) aceitava o plano, os seis países da recém-criada Liga Árabe (Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Síria e Iêmen) rejeitaram a resolução, no que foram acompanhados apenas por Cuba, Grécia e Índia e os países muçulmanos, Afeganistão, Paquistão, Irã e Turquia. Entre as abstenções, destaque-se a do Reino Unido.

Os árabes palestinos, em vez de se organizar em instituições políticas para estabelecer um Estado independente – como o *ishuv* – ficaram à mercê de um clima ideológico que pregava abortar o nascimento do Estado judeu. Bernard Lewis observa que já “em 17/12/1947 o Conselho da Liga Árabe anunciou que iria impedir pela força a partilha proposta da Palestina...”

Independência de Israel

Em 14/05/1948, o Reino Unido renunciou ao Mandato da Palestina, retirando suas tropas. No mesmo dia, em meio a uma onda de violência entre as comunidades árabe e judia, foi proclamada a Declaração de Independência do Estado de Israel, considerada como o principal marco do sionismo político. Nela se lê:

“... O ESTADO DE ISRAEL será aberto à imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; será baseado nos preceitos de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá total igualdade social e política para todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá total liberdade de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e inviolabilidade dos templos e lugares sagrados de todas as religiões; e se dedicará aos princípios da Carta das Nações Unidas.”

“... Em meio a uma brutal agressão, instamos ainda aos habitantes árabes do Estado de Israel para que retornem aos caminhos da paz e façam sua parte no desenvolvimento do Estado, com total e igual cidadania e a devida representação em seus órgãos e instituições - provisórios ou permanentes”.

“... Oferecemos paz e boa-vizinhança a todos os Estados vizinhos e seus povos, e os convidamos a cooperar com a nação independente hebraica para o bem comum de todos...”.

A resposta oficial veio no dia seguinte. O Secretário-Geral da Liga Árabe, Abdul Pasha, anunciou a intenção de deflagrar “uma guerra de extermínio e um inesquecível massacre do qual se falará como dos massacres mongóis e das Cruzadas...”.

O nascente Estado judeu foi imediatamente atacado por exércitos regulares dos países árabes vizinhos. O incipiente Exército de Defesa de Israel conseguiu conter os ataques. Após meses de combates sangrentos, repeliu a invasão e ampliou suas fronteiras.

O choque entre os dois movimentos nacionais, competindo pela mesma pequena terra, é alimentado pelo que Uri Avnery chama de ‘Duelo de Traumas’. “Os judeus trazem consigo o velho trauma da perseguição dos judeus na Europa - massacres, expulsões em massa, a Inquisição, *pogroms* e o Holocausto...”. A defesa contra ataques árabes era sentida como a batalha pela sobrevivência de alguém que por pouco acaba de escapar de ser assassinado.

Naqba dos Palestinos

Pelos árabes-palestinos, os imigrantes judeus eram percebidos como novos colonizadores. A memória coletiva é de uma secular opressão colonial, desde o Império Otomano até o Império

Britânico, repleta de insultos e humilhações. Contrastando com os gloriosos dias dos califas árabes, cujo domínio ultrapassara o Oriente Médio e o norte da África, alcançando toda a Península Ibérica.

A vitória de Israel em 1948 significou o que os palestinos chamam de “Naqba” (Catástrofe). Conforme Avnery, “a guerra iniciada pelos árabes após o plano de partilha foi inevitavelmente uma ‘guerra étnica’, onde cada lado buscava conquistar tanta terra quanto possível e remover a população do outro lado...”.

Ao final da guerra, não havia sobrado um judeu das milenares comunidades da Cidade Velha de Jerusalém e Hebron, e nenhum *kibutznik* do bloco Etzion. Mas os israelenses podiam afinal comemorar sua independência.

Para os árabes da Palestina, o resultado foi uma tragédia nacional: tiveram sufocados qualquer anseio por autodeterminação. O restante do território que a ONU lhes havia destinado foi tomado pelo Egito e a Jordânia...

A “Naqba” foi também uma catástrofe humanitária para 750 mil palestinos, deslocados pela guerra para acampamentos de refugiados nos países vizinhos. Boa parte deles e seus descendentes são até hoje mantidos por fundos da ONU, em condições miseráveis, sem quaisquer direitos de cidadania.

Judeus em número semelhante seriam expulsos de países árabes, onde tinham vivido por várias gerações. Foram acolhidos em Israel e outras comunidades judaicas. Muitos fugiram para o Brasil, despojados de seus bens e cidadania, e se tornaram cidadãos brasileiros. Mas aos refugiados de nenhum dos lados foi permitida a volta ao antigo lar ou concedida qualquer compensação.

Socialismo e globalização

As principais lideranças de Israel em seu nascimento eram da corrente sionista-socialista. Criaram um modelo inovador, onde os maiores bancos, indústrias e empreiteiras eram de propriedade do Estado ou da Histadrut, confederação dos sindicatos de trabalhadores.

Desenvolveu-se uma rede de transportes coletivos por todo o território, onde os ônibus pertenciam a uma cooperativa dos motoristas. Os *kibutzim* – fazendas auto-geridas com propriedade coletiva dos meios de produção e divisão por igual do rendimento entre seus membros, independentemente de função ou qualificação – fizeram de uma terra infértil um grande exportador de frutas e flores. A *Kupat Cholim*, instituto de previdência e saúde, assegurava serviços de alta qualidade a todos os cidadãos.

Por vários anos, Israel figurou entre os países ocidentais com melhor distribuição de renda, ao lado dos escandinavos.

Não mais. A globalização e uma série de governos de direita foram minando a estrutura econômica igualitária. As grandes empresas foram privatizadas e recursos públicos foram progressivamente desviados de programas de bem-estar social para investimentos na colonização dos territórios conquistados em 1967.

Hoje, Israel tem cerca de um terço de sua população abaixo da linha de pobreza. Há anciãos sobreviventes do Holocausto que não tem o básico para viver, enquanto se gastam milhões em infra-estrutura para assentamentos na Cisjordânia.

Nacionalismo Palestino

Não houve, durante o domínio egípcio e jordaniano sobre parte da Palestina, qualquer iniciativa de organização de instituições políticas que visassem a soberania dos próprios

palestinos naqueles territórios. Os árabes palestinos se viam antes de tudo como “membros da grande nação árabe”.

A identidade nacional árabe-palestina foi se forjando no exílio, em função da sua trajetória de sofrimento como povo destituído da terra. Por uma trágica ironia da História, um fenômeno idêntico ao que havia gerado a identidade nacional judia, o sionismo.

O nacionalismo palestino desenvolveu-se de fato após a Guerra dos Seis Dias. Com a tomada por Israel dos territórios de Gaza e Cisjordânia, seus habitantes deixaram de ser governados por “irmãos árabes” (Egito e Jordânia). Seriam agora controlados por uma sociedade estranha, com outra língua, outros costumes, outra religião. Se antes nem se dizia que viviam em “territórios ocupados”, agora o ocupado tinha uma “cara” diferente do ocupante, o que acelerou a definição de uma identidade nacional específica na luta pela independência.

Exército de defesa ou ocupação?

Por mais de 30 anos, existiu um absoluto e unânime repúdio à existência de Israel pelo mundo árabe. Prevalecia em todo o Oriente Médio o nacionalismo pan-árabe, que tinha como principal denominador comum a rejeição à existência em seu meio de um país soberano judeu.

Israel nasceu e se desenvolveu cercado de inimigos. Desde sua fundação, boa parte de seus recursos econômicos e humanos teve que ser canalizada para sua defesa. Além da Guerra pela Independência, sofreu ataques militares maciços de seus vizinhos, que chegavam a ameaçar sua sobrevivência, em 1967 e 1973, além de ser fustigado por constantes atentados terroristas.

A ameaça física sempre foi real, e particularmente sensível para um povo que acabava de sobreviver a um genocídio. O Exército de Defesa de Israel (Tsahal), um autêntico exército popular, é a instituição mais respeitada do país. A imagem do jovem soldado israelense passou a representar a transição de um povo humilhado e massacrado para um povo corajoso que sabe se defender.

Esta imagem começou a mudar após a euforia da vitória na Guerra dos Seis Dias. Os jovens passaram a ser designados para apoiar a ocupação dos territórios de Gaza e Cisjordânia. Imagine-se a auto-estima de alguém que passa os dias dificultando a passagem de seres humanos de sua própria casa para o trabalho, correndo o risco de ser apedrejado ou baleado. Sujeito a agressões dos próprios colonos que recebe a missão de defender. O número de casos de suicídio é significativo. Muitos se drogaram ou saíram do país ao final do serviço militar obrigatório.

A ocupação está destruindo as bases morais da sociedade israelense.

Racha a frente da rejeição

O bloqueio árabe começou a ruir em 1979 com o tratado de paz de Israel com o Egito. Em 1994, a paz entre Israel e Jordânia inaugurou uma nova era de relações diplomáticas e econômicas.

Iniciaram-se em Oslo conversações secretas entre representantes de Israel e da OLP, que culminaram em setembro de 1993 no reconhecimento mútuo dos direitos nacionais dos dois povos.

Em 2002, a Arábia Saudita apresentou um plano de paz - aprovado pela Liga Árabe e recentemente ratificado - propondo a normalização de relações de todos os países árabes com Israel em troca da devolução das terras ocupadas em 1967 e uma solução acordada para os refugiados palestinos.

Do lado de Israel, apesar de sucessivos governos de direita que promoveram a expansão de colônias nos territórios ocupados, formou-se um verdadeiro consenso nacional de que deve ser criado um Estado Palestino independente naqueles territórios, e deixou de ser tabu a divisão de Jerusalém para sediar as capitais dos dois países.

Hoje temos um primeiro-ministro em Israel e um presidente na Autoridade Palestina (AP), eleitos ambos com a plataforma de implementar uma solução de Dois Estados. Israel desmantelou as colônias e retirou as tropas de Gaza.

Entretanto, a frágil coalizão de governo israelense, desgastada pelo fiasco na última guerra no Líbano, depende de concessões a partidos retrógrados, o que a vem imobilizando para qualquer avanço significativo.

O presidente da AP, por sua vez - sem nada para apresentar ao seu povo como retribuição à sua disposição para a paz - perdeu o controle de toda a Faixa de Gaza para um grupo islâmico que tem por princípio destruir Israel.

Do conflito nacional para o religioso

O grande perigo para a paz é o progressivo deslocamento do conflito do eixo nacional-secular para o do fanatismo religioso, que se acelerou com a ascensão do Hamas em Gaza e também se traduz nas pressões de sionistas-religiosos radicais. Entre fanáticos é praticamente impossível o entendimento.

Esta mudança é parte de uma ameaçadora onda global de crescimento do poder e agressividade de correntes obscurantistas islâmicas que rejeitam valores como democracia e direitos humanos. Do Talibã (Afeganistão) à Irmandade Muçulmana (Egito e Jordânia) e do Hizbolá (Líbano) ao Irã que desenvolve a bomba atômica ao mesmo tempo em que sustenta grupos terroristas e prega abertamente a destruição de Israel.

Essa tendência só poderá ser revertida pela melhoria das condições de vida de populações despossuídas e pelo fortalecimento de lideranças progressistas e moderadas.

Nenhuma oportunidade de diálogo pode ser desperdiçada, independente dos esforços dos extremistas que sempre tentarão sabotar o processo de paz.

A comunidade internacional deve investir no fomento desse processo e na viabilização econômica de um Estado Palestino independente ao lado de Israel.

Que sionismo?

Há quem diga que o sionismo, enquanto movimento de libertação nacional do povo judeu, se esgotou no momento da criação do Estado de Israel.

No entanto, o principal objetivo da ideologia sionista, o de ‘assegurar um lar nacional que sirva de refúgio seguro para todos os judeus’ está ainda longe de se realizar: Israel é hoje, paradoxalmente, o lugar onde é mais provável um indivíduo ter sua vida ameaçada pela sua própria condição de judeu.

As bases libertárias e humanistas que inspiraram a criação de Israel estão abaladas pelo controle de milhões de palestinos privados de direitos civis.

Os radicais defensores da “Grande Israel” bíblica - do Mediterrâneo ao Jordão - arvoram-se de serem os autênticos representantes do sionismo. Na verdade, o estão matando.

Assim como os extremistas árabes ou muçulmanos que pregam “varrer a entidade sionista” e eliminar os judeus de toda a “Palestina Histórica” mandatária, eles precisam ter seu

radicalismo silenciado pela voz dos milhões que reconhecem reciprocamente os anseios nacionais de judeus e árabes na Terra de Israel/Palestina.

Israel canta em seu Hino Nacional: “... Ainda não perdemos nossa esperança de dois milênios – sermos um povo livre em nosso país, na Terra de Sion, Jerusalém”.

Os palestinos têm um anseio semelhante, inclusive quanto a Jerusalém. Igualmente legítimo e irrenunciável.

A solução para uma paz justa e duradoura já foi concebida há mais de 60 anos: a partilha daquele pequeno território em DOIS ESTADOS PARA DOIS POVOS.

Israel, enquanto Estado democrático com maioria judaica – que ao mesmo tempo seja uma democracia que proporcione direitos iguais para todos seus cidadãos - só pode sobreviver com o fim da ocupação e a criação de um país que garanta autodeterminação e dignidade humana aos árabes palestinos, na Faixa de Gaza e Cisjordânia.

Não basta um exército forte que defenda o país daqueles que rejeitam sua simples existência. A ocupação e a colonização dos territórios palestinos conquistados em 1967 já se provaram ser mais uma ameaça do que uma garantia de segurança.

A perenidade do Estado de Israel está condicionada a uma paz justa, ao lado de um Estado Palestino viável e soberano, ambos integrados na geopolítica do Oriente Médio.

Com a paz, Israel conquistará a segurança, e poderá redirecionar suas energias para a construção da sociedade justa e equitativa idealizada por seus fundadores e para o progresso do Oriente Médio.